

ATA DA REUNIÃO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES - COMUTRAN

Aos **12 dias de março de 2013**, às 18:55h, no auditório da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes - CPTRANS, localizado na Rua Alberto Torres, 115, Centro, Petrópolis, RJ, ocorreu a reunião ordinária do COMUTRAN – Conselho Municipal de Transportes, tendo como secretária a Sra. Izamari Cristina Machado Pacheco, e cuja pauta da reunião foi a seguinte: 1) Aprovação da ata de reunião do mês de fevereiro de 2013; 2) Discussão sobre Portaria nº 13/2012 que dispõe sobre serviço de transporte fretado de passageiros; 3) Discussão e nova aprovação pelos conselheiros atuais das alterações do Regimento Interno propostas em 2012; 4) Comunicações dos grupos de trabalho (táxi para portadores de deficiência e Plano de Mobilidade; 5) Assuntos Gerais. Constatando-se junto ao livro a presença de tantos conselheiros quantos bastem para o quorum necessário, o Sr. Gilmar Silva de Oliveira, Diretor Presidente da CPTrans e Presidente do COMUTRAN abriu a reunião, realizando a leitura da pauta e iniciou os trabalhos fazendo três informes: Reativação da Escola Pública de Trânsito, que segundo ele, estava desativada desde início de 2012; Estrada do Catobira, na qual informou ele foram abertos dois acessos à BR-040, tanto para a pista sentido Juiz de Fora, quanto no sentido Rio de Janeiro; e a questão do PAC2, que informou ele, foram liberados para Petrópolis R\$37 milhões dos R\$120 milhões solicitados, e os municípios do estado do Rio de Janeiro que foram contemplados também foram Niterói, Campos dos Goytacazes e Volta Redonda. Sr. Roberto Penna Chaves, representante da NOVAMOSANTA pediu a palavra e afirmou que a verba liberada (cerca de 1/4) não atende as necessidades do município. Ele ainda lembrou da questão do DNIT sobre a União e Indústria e comunicou que havia estado com o Exmo. Sr. Prefeito, Rubens Bomtempo, e que este lhe teria solicitado um contato com o pessoal do DNIT para dar encaminhamento nos convênios necessários. O Sr. Sandro de Jesus Lara, representante da UDAM tomou a palavra e indagou quais as intervenções das duas propostas apresentadas ao PAC2 teriam sido liberadas, e também solicitou que a questão do convênio entre Petrópolis e DNIT fosse tratada pelo COMUTRAN. O Sr. Gilmar respondeu que apenas parte da primeira proposta, na área do 1º Distrito, enviada ao PAC2 foi aprovada e sugeriu que haja inclusão do assunto do DNIT para a próxima pauta da reunião do COMUTRAN, o que foi aprovado pelos membros presentes. Com o término dos Informes, o Sr. Gilmar passou para a Ordem do Dia, cuja primeira pauta era a aprovação da ata de reunião anterior. Alguns membros não tinham recebido a ata por e-mail e assim foram distribuídas atas impressas para que eles lessem. Após isso, a ata foi aprovada sem ressalvas, por unanimidade. Em seguida passou-se ao segundo assunto da pauta, que era a questão do decreto para a regulamentação do transporte fretado no município. O Sr. Gilmar Oliveira frisou sua preocupação com este decreto, publicado em maio de 2012, destacando que o mesmo não foi apreciado pelo COMUTRAN e que sob o seu ponto de vista alguns aspectos da regulamentação devem ser melhor estudados. Após realizar a leitura do Decreto, na íntegra, destacou alguns destes itens: a questão da restrição do serviço a ser realizado somente por empresas individuais; a necessidade do cadastro dos motoristas junto à CPTrans; e a obrigatoriedade do uso de uniforme para os motoristas. Destacou ainda a necessidade de regular e disciplinar o serviço de fretamento

de passageiros, que é capaz de retirar demanda do transporte coletivo urbano. O Sr. Paulo Ramos Martins, representante da comunidade indagou se o serviço de fretamento é efetivamente explorado no Município, o que foi confirmado pelo presidente do COMUTRAN. Continuando, o Sr. Paulo Ramos Martins afirmou que as regras previstas na regulamentação são restritivas, podendo isso direcionar a prestação deste serviço a apenas um setor, e que os técnicos da CPTrans deveriam estudar melhor o assunto e propor uma reforma do texto. O Sr. José Karl, representante da ADESG concordou com esta afirmação, dizendo que a regra para a firma individual pode restringir o campo de interessados a prestar o serviço. O Sr. Gilmar retomou a palavra dando a sugestão de que fosse encaminhado à Secretaria de Fazenda um ofício indagando a quantidade de empresas licenciadas na prestação de serviço de fretamento no Município, o que foi de pronto aprovado pelos membros. O Sr. Vilcemar G. Rodrigues representante da Viação Expresso Brasileiro sugeriu que a CPTrans realizasse as devidas alterações e apresentasse o novo texto na próxima reunião ordinária, o que foi aprovado por unanimidade. A CPTrans ficou de preparar uma revisão do texto, que seria discutido na próxima reunião do Conselho e posteriormente encaminhado ao Poder Executivo Municipal. Passou-se ao terceiro assunto da pauta, que foi a aprovação das alterações para o novo Regimento Interno do COMUTRAN. O Sr. Mario Jorge Bandarra pediu a palavra dizendo que dentre suas sugestões que vêm sendo colocadas nas últimas reuniões, duas delas diz respeito ao Regimento Interno, que seria a inclusão de representantes da GM e da PM no COMUTRAN e alterações na forma de eleições dos membros da comunidade. A Sra. Izamari respondeu que há dois regimentos separados: um regimento interno do conselho, e outro o regimento para a Conferência de Trânsito e Transportes, evento anual onde é feita a eleição dos membros. Assim, segundo ela, o primeiro assunto a ser tratado seria o Regimento Interno do Conselho, que depois de aprovado, serviria de base para o regimento da conferência. O Sr. Paulo Ramos sugeriu que a estrutura da eleição fosse alterada, a fim de permitir a inscrição de pessoas votantes no momento da conferência. A Sra. Cíntia Maria da Silva, representante da comunidade, pediu providências quanto à evasão de candidatos na conferência, que se inscrevem, mas que não ficam até o término da mesma. O Sr. Evandro de Oliveira tomou a palavra afirmando que há uma situação pior que esta, que é a dos candidatos que são eleitos, mas que não comparecem às reuniões. O Sr. Sandro Lara sugeriu, como forma de minimizar estes dois problemas apresentados, que só fosse permitida a candidatura de pessoas ligadas a órgãos ou entidades. O Sr. Paulo Ramos Martins defendeu a participação de pessoas físicas, pois, afirmou ele, muitos usuários de transporte coletivo não tem ligação com associações ou entidades, podem ter seu direito de participação tolhido. Ele lembrou ainda que neste conselho há a presença de apenas 4 membros da sociedade civil, sendo que dois deles estavam presentes à reunião, citando como exemplo seu próprio caso. Ele pediu ainda que se tomassem providências a fim de impedir manobras políticas nas eleições, fato lamentável que vem ocorrendo nos últimos anos. O Sr. Evandro de Oliveira pediu a palavra e falou sobre o período de transição de governos, que é um período que os conselhos são abandonados. A título de sugestão, ele propôs, que um membro da sociedade civil fosse presidente do COMUTRAN durante o período de 6 meses antes e 6 meses após à data de posse do novo corpo do poder Executivo. O Sr.

Gilmar Oliveira sugeriu que a minuta de regimento interno do Conselho, produzida através de um grupo de trabalho no ano de 2012, e aprovada em plenária, fosse encaminhada ao Gabinete do Prefeito, sendo inserido, em apenso, as sugestões ora apresentadas por alguns membros. Seguiu-se então a pauta, passando para o quarto assunto: comunicações sobre os grupos de trabalho. O Sr. Gilmar Oliveira agradeceu a participação dos membros no Grupo de Trabalho sobre o táxi adaptado para pessoas com deficiência. Fez a leitura na íntegra do texto proposto pelo grupo para o novo decreto e ao final informou que a audiência pública para este assunto fora adiada para o dia 26/03/2013. O Sr. Evandro de Oliveira pediu a palavra e falou, como membro do GT, que estava preocupado com a questão da restrição a viagens intermunicipais aos táxis, e que esta restrição poderia trazer prejuízos aos taxistas. O Sr. Mario Jorge Bandarra concordou com ele, e o Sr. Sandro Lara retrucou, dizendo que esta restrição é importante, porque, caso contrário, os deficientes poderiam ter a oferta de táxis especiais diminuída. A Sra. Cláudia Ribeiro, representante da Secretaria de Educação indagou se já existem motoristas interessados neste tipo de permissão, e o Sr. Evandro respondeu que já recebeu taxistas na sede da Associação, com interesse no serviço. O Sr. Alexandre Eduardo de Lima, representante da CPTrans, pediu a palavra e esclareceu que o serviço é opcional, e que talvez haja um interesse por parte de motoristas que atuam fora do Centro do Município, prevendo uma nova oportunidade de trabalho. A Sra. Marcia Kraus, representante da CPTrans sugeriu que se realizasse uma pesquisa entre os taxistas para saber melhor quais seriam os interessados e indagou se haverá uma demarcação especial nos pontos onde esses novos táxis serão instalados. O Sr. Alexandre respondeu que ainda não foi definida a necessidade de vagas especiais, especialmente porque na proposta não haverá exclusividade de atendimento, mas sim prioridade para pessoas com deficiência. O Sr. Sandro Lara disse que prevê a possibilidade da demanda aumentar após à implantação do serviço, e o Sr. Gilmar de Oliveira citou o caso da cidade de Uberlândia, que inicialmente implantou 01 permissão e que agora já está implantando a segunda. Ele informou também que a cidade de Juiz de Fora tem 06 permissões ativas para este serviço, e indagou ao Grupo de Trabalho como seria o processo de seleção das pessoas interessadas. O Sr. Alexandre Lima respondeu que uma das possibilidades é realizar uma convocação geral, e caso haja mais de 06 pessoas interessadas, que haja um processo de seleção, cujas regras ainda seriam discutidas podendo também haver um cadastro de reserva. O Sr. José Carlos Cabral Pereira, representante da Secretaria de Obras sugeriu que fosse criada uma cooperativa para este serviço e indagou se haverá algum tipo de incentivo fiscal para atrair os taxistas. O Sr. Gilmar respondeu que as sugestões são boas; que a cooperativa deveria ser criada pelos próprios taxistas, caso haja interesse, e que poderá ser estudada uma forma de incentivo fiscal. O Sr. Gilmar Oliveira, para finalizar o assunto, propôs uma votação para a questão da restrição à viagens intermunicipais, e somente 04 dos 19 conselheiros presentes votaram contra a restrição (Evandro de Oliveira, Mario Jorge Bandarra, José Karl e Roberto Penna Chaves). Assim, a restrição para viagens intermunicipais com passageiro sem deficiência será mantida no novo texto do decreto. O Sr. Paulo Martins parabenizou a coordenação do Grupo de Trabalho, feita pelo Sr. Alexandre Lima. O Sr. Sandro Lara lembrou que há um conflito entre esta permissão e a permissão já existente para táxis normais, com relação ao uso de automóveis do tipo

"Doblô", e o Sr. Alexandre Lima respondeu que novas legislações podem resolver estes casos omissos. O Sr. Gilmar disse que talvez possa ser necessário alterar o decreto de permissão para táxis comuns e que esse assunto já é estudado pela CPTrans visando adequar o serviço às características atuais dos veículos fabricados no Brasil. Passou-se então ao último assunto da pauta, que foi "Assuntos Gerais", e o Sr. Mario Jorge Bandarra reiterou mais uma vez seus 16 pedidos, e a Sra. Izamari respondeu que dois deles já foram tratados no início da reunião. O Sr. Mario Jorge pediu então que falasse sobre a questão da centralização dos serviços de informação aos usuários. O Sr. Gilmar de Oliveira informou que está sendo proposta uma unificação entre os setores de fiscalização (CPTrans e GM), que deverão ficar sob coordenação única, e respondeu que no atual momento, a GM tem como área de atuação as vias centrais do município e a CPTrans atua preferencialmente nos bairros e em vias arteriais e coletoras. O Sr. Sandro Lara sugeriu a intensificação das campanhas de trânsito e falou sobre a questão de monitoramento dos terminais de transporte coletivo. Ele citou o exemplo de um crime que foi solucionado através de imagens das câmeras instaladas na Rodoviária do Bingen. O Sr. Mario Jorge, sugeriu uma intervenção junto à Secretaria de Planejamento para definir áreas não edificantes ao longo das vias com interesse de duplicação e tornou a falar na questão dos quebra-molas, em especial aqueles que estão em passagens de nível, que a seu ver, são verdadeiros obstáculos e estão se tornando redutores de velocidade. O Sr. Valmir Osório dos Santos, representante da CPTrans informou que o CONTRAN está regulamentando a questão do uso de lombadas com travessia de pedestres como forma de redução de velocidade. O Sr. Orlindo Pozzato, representante da Secretaria de Planejamento, falou que a campanha sobre faixas de travessia de pedestres, realizada anteriormente, foi extremamente positiva, e que esta campanha deveria ser permanente. Ele informa que a utilização de lombadas como redutores de velocidade é útil, sendo necessária a reavaliação das suas geometrias. O Sr. José Carlos Cabral sugeriu a iluminação das faixas de travessias de pedestres, fornecendo uma travessia mais segura. Nada mais havendo em pauta para ser tratado, encerrou-se a presente que segue assinada pela secretária e pelo Presidente e, após a leitura e aprovação de seu conteúdo na próxima reunião, será publicada na página de internet da CPTrans.

IZAMARI CRISTINA MACHADO PACHECO
Secretária

GILMAR SILVA DE OLIVEIRA
Presidente do COMUTRAN